

**O DESFILE DA RAÇA: IDENTIDADE E LUTA QUILOMBOLA
EM SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ**

**THE RACE PARADE: IDENTITY AND STRUGGLE IN
QUILOMBOLA SALATERRA, MARAJÓ ISLAND, PARÁ,
BRAZIL**

Petrônio Medeiros Lima Filho¹
Flávio Leonel Abreu da Silveira²
Luis Fernando Cardoso e Cardoso³

RESUMO

Este artigo evidencia como as comunidades quilombolas expressam sua identidade no Desfile Cívico Quilombola, realizado em comemoração da independência do Brasil, no município de Salvaterra, ilha do Marajó, estado do Pará, em 2013. O evento representou o reconhecimento, por parte do poder municipal, da importância das comunidades e da cultura quilombola para Salvaterra. No desfile os grupos manifestaram suas expressões estéticas e diacríticas, narrando com isso, de forma complexa, suas identidades. Este artigo baseia-se então em pesquisa etnográfica efetuada pelos autores nos grupos sociais da Amazônia. Os resultados apresentados são o registro da complexidade que envolve a expressão da identidade social e o reconhecimento dos quilombolas como sujeitos sociais relevantes para a cultura marajoara.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Identidade. Estética. Ilha do Marajó.

¹ Mestre em Antropologia, trabalha no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), SR01 Belém (PA). E-mail: petronio.mlf@gmail.com.

² Doutor em Antropologia Social, trabalha na Universidade Federal do Pará. E-mails: flavio.leonel@terra.com.br e flabreu@ufpa.br.

³ Doutor em Antropologia Social, trabalha na Universidade Federal do Pará. E-mail: luiscardt@gmail.com.

ABSTRACT

This article shows how the quilombolas communities express their identity in Civic Parade, held in commemoration of the independence of Brazil, in the municipality of Salvaterra, Marajó Island, Pará State, in 2013. The event represented the recognition, on the part of municipal power, of the importance of the quilombola communities and culture to Salvaterra. The parade groups expressed their aesthetic and diacritic expressions, narrating, in complex way, their identities. This article is based on ethnographic research carried out by the authors in the social groups of the Amazon. The results presented are the record of the complexity that involves the expression of social identity and the recognition of the quilombolas as social subjects relevant to the marajoara culture.

Keywords: Quilombola Community. Identity. Aesthetics. Marajó Island.

Introdução^{4 5}

No momento da aprovação da última constituição federal (CF) brasileira, incluiu-se o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que determinou o reconhecimento e a titulação do território dos “remanescentes das comunidades de quilombos”, o que definiria novos caminhos para a conquista dos territórios dos quilombolas. Com o surgimento de tais sujeitos de direito, centenas de grupos com ascendência negra passaram a habitar o espaço criado pela nova categoria jurídica. Esse processo significou somar elementos novos às designações locais, as quais, em geral, expressavam preconceitos e injustiças históricas que marcam cada grupo de maneira particular e intensa. As situações de humilhação e de desrespeito, assim, criaram uma ligação entre todos os submetidos às mesmas situações e motivaram movimentos sólidos de busca dos direitos garantidos pela nova carta magna.

O município de Salvaterra, situado no nordeste do arquipélago do Marajó, estado do Pará, experimentou a concretização de um movimento de caráter étnico-político de significativa importância local a partir do ano de 2004, quando quinze comunidades rurais se autodefiniram como quilombolas: Salvá, Mangueiras, Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Bacabal, Santa Luzia, Providência, Deus Ajude, São Benedito da Ponta, Siricari, Boa Vista, Paixão, União/Campina e Rosário. As comunidades em questão construíram um processo intenso de autodefinição como quilombolas, primeiro por possuírem ascendentes negros e depois por verem nisso uma tática (CERTEAU, 1994) para garantir seus modos de vida.

Esses grupos viveram ao longo do tempo e ainda vivem situações semelhantes relacionadas com a perda de seus territórios de pesca, de extrativismo e de produção agrícola. Isso tem gerado inúmeros conflitos com os fazendeiros locais, detentores de poder político e econômico que definem “paisagens de poder” (ZUKIN, 2000) que se sobrepõem às “paisagens vernaculares” praticadas pelas comunidades negras. No novo cenário, percebe-se que os resultados dos embates não

⁴ Todas as imagens apresentadas no decorrer do texto são de autoria de Petrônio Medeiros Lima Filho.

⁵ Nota do editor: Por solicitação dos autores as imagens não foram enumeradas nem legendadas.

mostram o predomínio de um grupo sobre o outro, já que se equilibram as forças. De fato, em certos momentos, uma situação pende para um lado, em outros, para outro, dependendo do contexto do conflito. Tal questão indica a positividade do conflito, nos termos simmelianos (SIMMEL, 1983), pois o embate reorganiza as forças que emergem dos grupos em choque e define uma arena social na qual os conflitos devem ser vividos como um jogo social entre opostos.

Isso é possível porque os quilombolas formam um bloco para enfrentar as forças adversas, agindo, portanto, como um movimento social de resistência ao alastramento de uma “paisagem de poder” sobre os seus territórios. As lutas não possuem por base comum apenas as condições aviltantes com as quais os grupos negros rurais sempre tiveram que lidar. Elas estão marcadas também por intensos laços de reciprocidades, alianças políticas, rituais e de parentesco, com objetivos de conquistar ou manter as áreas que sempre ocuparam. Portanto, tais laços complexos configuram uma forma de unidade entre os diferentes povoados e indicam agências diante do jogo mais ou menos assimétrico do conflito no contexto marajoara.

Se hoje essas comunidades se organizam em torno da identidade quilombola, com um forte componente étnico, antes tinham nos sindicatos de trabalhadores rurais, nas associações de moradores, nas colônias de pescadores e nas associações de agricultores os meios de interlocução com o Estado. Experimentavam, portanto, a ruralidade e seus jogos políticos por intermédio de outras instâncias de negociação e de resistência diante do exercício de poder que as expropria. O que fica evidente é que, naquele momento, teciam suas alianças políticas com base em identidades profissionais, nas quais ressaltavam as formas tradicionais de produção e de relação com os ambientes que manejam ou, ainda, com as suas paisagens de pertencimento.

Essas identidades, parece-nos, não dialogavam entre si. Permaneciam mudas, porque surdas à existência umas das outras, também dentro de suas comunidades, entre amigos, vizinhos e parentes, uma vez que cada sujeito pertencia a uma organização social com pauta própria, sem, muitas vezes, estabelecer diálogos ante situações semelhantes enfrentadas pelo conjunto de sujeitos, que conviviam separados por associações distintas.

A partir da nova Constituição, quando passaram a sujeito de direito, as comunidades quilombolas criaram novas organizações, representações políticas, movimentos sociais reivindicatórios perante o Estado. O caráter étnico, nunca antes experienciado, impõe-se como um elemento organizativo relevante naquele contexto, passando a vigorar e a estabelecer ligações entre os sujeitos para além de uma identidade unívoca, como a de pescador, de agricultor, de extrativista, entre outras. O caráter étnico comum, a partir daquele momento, vai ligar os quilombolas para além das diferenças produtivas com as quais sempre se autodefiniram anteriormente.

Esse novo universo de pertença étnica, identitária, territorial, construído com base em alianças políticas entre comunidades quilombolas, atualmente está fundamentando as ações dos grupos, principalmente quando se trata de expor publicamente o sentimento de pertença a uma comunidade negra quilombola e rural, de externar o orgulho e a luta por cidadania no contexto marajoara. Isso se coaduna com um percurso histórico que vai desde a chegada às comunidades de Salvaterra do conhecimento sobre o direito ao reconhecimento e à titulação do território, previsto no artigo 68 ADCT CF 1988, até o momento do reconhecimento por parte da administração municipal da presença e da importância das comunidades quilombolas de Salvaterra, por meio do 1.º Desfile Cívico Quilombola. Esse desfile é uma das maiores expressões das alianças políticas recentes, momento em que essas comunidades autorrepresentam sua identidade, suas bandeiras. Analisamos aqui as imagens dessa representação.

Sabe-se que, em 2013, por exigência das comunidades, a prefeitura municipal de Salvaterra, durante a programação oficial dedicada à celebração da independência do Brasil, reservou, pela primeira vez na história do município, um dia inteiro para que apenas as comunidades quilombolas do município se apresentassem no desfile público em honra à efeméride. Esse evento foi chamado “I Desfile Cívico Quilombola” e representou simbolicamente o reconhecimento por parte do poder público tanto da existência, quanto da importância das quinze comunidades quilombolas na esfera política do município, principalmente quando se reflete sobre a sua legitimidade em termos de cidadania.

Diante da agência quilombola no contexto de Salvaterra, nota-se que o evento de caráter cívico que dá visibilidade a tal grupo social já se consolidou como um lugar político de manifestação identitária na agenda municipal. Assim, todos os anos, as comunidades mobilizam-se para se apresentarem diante da multidão que assiste à programação de caráter patriótico.

A partir de tal panorama, a proposta deste artigo é interpretar tal evento considerando as seguintes questões:

- a) Como essas comunidades representa(ra)m sua identidade quilombola na avenida?
- b) Qual é o valor simbólico das imagens produzidas nessa ocasião?
- c) Qual é o lugar de agência de tais comunidades no cenário político local, considerando-se a sua visibilidade na referida efeméride nacional, a partir da perspectiva local?

A interpretação desse evento é relevante para a reflexão antropológica devido ao intenso processo de autoidentificação em curso gestado nas comunidades quilombolas de Salvaterra, uma vez que tais questões se relacionam ao debate contemporâneo acerca das interfaces da “identidade quilombola”, neste caso, na Amazônia. Ao acompanharmos esse evento, pudemos registrar as maneiras como as comunidades quilombolas de Salvaterra se autorrepresentaram na avenida, em um evento público de comemoração da independência do Brasil, de grande repercussão local, como são as paradas cívicas de 7 de setembro.

Dessa forma, a possibilidade de interpretarmos as imagens produzidas ao longo da pesquisa de campo é oportuna, principalmente para refletirmos sobre as maneiras como essas comunidades quilombolas se autorrepresentam. Essa análise permite compreender as dimensões formais do modo como se percebem, diante do seu esforço de manifestarem tanto a sua visibilidade quanto a sua identificação como grupos sociais organizados em termos públicos. É importante, portanto, destacar os elementos que trouxeram à avenida a fim de representarem as suas identidades quilombolas. Dessa maneira, um olhar que se fixa em suas agências pode nos ajudar a entender como as

pessoas dessas comunidades se veem e se expressam sob a imagem potente de “comunidades quilombolas” e como a representação processual dessa identidade se relaciona com outras identidades também presentes no interior dessas mesmas comunidades, tornando-as mais complexas.

1. Autoidentificação nas comunidades quilombolas de Salvaterra

Partimos do pressuposto de que o processo histórico de construção da chamada identidade de “quilombolas” no estado do Pará encontra-se intimamente relacionado com a ação do Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa). Essa instituição, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir de 2000, mediante um convênio com o Programa Raízes do governo estadual, realizou o mapeamento das comunidades negras rurais em todo o estado.

Esse mapeamento permitiu identificar, à época, doze (12) comunidades negras rurais no município de Salvaterra: Deus Ajude, Caldeirão, Mangueiras, Bairro Alto, Campina/Vila União, Salvá, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista e Siricari. Todavia, essas comunidades, no período da realização desse levantamento, não se viam como “quilombolas”.

Antes da chegada do Cedenpa, as pessoas nesse município da ilha do Marajó nem sequer conheciam o direito ao reconhecimento e, muito menos, à titulação do território quilombola garantido pelo artigo 68 ADCT da CF de 1988, apesar de estarem há décadas lutando para reconquistar expressivas áreas expropriadas de suas comunidades ao longo do tempo.

Porém, o processo de autoidentificação não aconteceu “de repente”, pois foi construído pelo conjunto dos povoados negros e teve na figura das mulheres o seu principal protagonista. Foram elas as principais lideranças que propuseram e aprofundaram os debates sobre o tema da autoidentificação quilombola no interior de suas comunidades. Esse protagonismo feminino deu-se a partir da fundação de associações de mulheres negras e por meio dos Encontros de Mulheres Negras

Quilombolas do Pará, promovidos pelo Cedenpa no município, como fica claro a seguir:

Salvaterra foi sede de três encontros promovidos pelo CEDENPA com a participação das Associações de Mulheres de todo o Estado do Pará nos anos de 2002, 2003 e 2004. Nestes encontros foi discutida a capacidade de organização das mulheres e constituiu um novo passo no debate sobre problemas fundamentais enfrentados pelas mulheres negras nas suas relações familiares e mais amplamente na atuação das mesmas na comunidade. Os relatos dos encontros demonstram os resultados das articulações dessas associações. Os encontros realizados em Salvaterra ocorreram nos povoados de Bacabal (2002), Deus Ajude (2003) e Mangueiras (2004). Estiveram presentes nesses encontros membros de associações quilombolas de todo o Estado, assim como representantes do CEDENPA, da UFPA e do Programa Raízes (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Por meio da rede constituída por mães, esposas, avós, filhas e netas – enfim, um segmento social marcado por mulheres de diferentes gerações –, a autoidentificação ganhou densidade e expandiu-se pelas comunidades de ascendência negra. Hoje há consenso entre as comunidades, os encontros de mulheres foram fundamentais para esclarecer a todos sobre os direitos das comunidades quilombolas, estimulando-os a lutar pelo reconhecimento dos direitos socioterritoriais. Para os moradores, homens e mulheres de cada povoado negro, esses encontros foram fundamentais para fornecer-lhes esclarecimentos sobre os procedimentos necessários para avançarem no processo de reconhecimento dos territórios, bem como para estimulá-los e apoiá-los nos processos de constituição de associações quilombolas que foram sendo fundadas a partir daquele momento histórico de grande relevância social para as povoações negras marajoaras, todas elas incluídas na geopolítica de Salvaterra. Não foi por acaso que, ao longo dos anos, as mulheres constituíram a maioria das presidentes das associações quilombolas que surgiram em cada comunidade quilombola do município. Narra Acevedo Marin:

O primeiro Encontro de Mulheres Quilombolas do Estado do Pará se realizou em Bacabal, em 2002, e constituiu um fato político para as mulheres participantes. Elas receberam representações das comunidades do território quilombola de Salvaterra e de fora da ilha. Este tempo dos “primeiros encontros” foi o momento de emergência da

identidade coletiva – de quilombola, do ser quilombola, do “ser negra”. Tereza dos Santos Nascimento relata, pausadamente, e interpreta o ato de contar e como o grupo se interrogou sobre a sua história: “não conhecia a gente bem... e cada um começou a contar e através da conversa foi surgindo a história. Cada um conta uma história. As pessoas eram capazes de contar. Ninguém sabia que era quilombola. A gente começou a falar que era nossa identidade. [...] Eu sou negra e tenho o maior orgulho dessa terra” (ACEVEDO MARIN, 2009, p. 217).

As alianças políticas estabelecidas naquele contexto, sabe-se, firmaram-se há gerações, sendo tecidas e alicerçadas entre as comunidades ao longo do tempo, porque baseadas nas relações de parentesco, de reciprocidade e de compadrio. No entanto, a partir daquele momento político e jurídico, as comunidades ganharam um novo componente para as lutas: o ser quilombola, o ser negro, que constitui o elemento sensível para uma política local de autoidentificação quilombola. Para Acevedo Marin (2009), trata-se do momento de emergência da identidade coletiva; para Oliveira (2007), é o emergir da identidade quilombola no município de Salvaterra.

Esse processo de construção levou a um novo cenário político. De fato, a partir de 2004 e 2005, a Superintendência Regional (SR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Belém passou a receber as primeiras solicitações de reconhecimento e de titulação dos territórios de comunidades do município de Salvaterra. Do total das associações que deram entrada em processos de reconhecimento e de titulação de territórios quilombolas, 60% delas eram lideradas por mulheres. Mesmo nos outros 40% das associações presididas por homens, as vice-presidentes, as primeiras secretárias, entre outros cargos, eram mulheres, o que evidencia o protagonismo feminino na organização das comunidades quilombolas de Salvaterra.

Os processos de autodefinição que ocorreram em várias comunidades de Salvaterra, assim como a fundação de associações quilombolas, seguida das solicitações de reconhecimento e de titulação feitas ao órgão responsável pela regularização desses territórios coletivos, não se traduziram ainda em benefícios para as comunidades, diante de seus anseios de garantias dos direitos. Até 2015, mais de 10 anos depois do primeiro processo aberto no Incra, nenhuma comunidade foi titulada.

Diferentemente do que empresas, grupos econômicos e políticos alardeiam publicamente, afirmando que as reivindicações dos quilombolas seriam uma forma de oportunismo, em verdade, tais lutas não se converteram em direitos socioterritoriais. Em muitos casos, ocorreu o acirramento dos conflitos já existentes, pois os sujeitos de direito étnicos passaram a denunciar os atos ilegais dos fazendeiros, bem como as violências sofridas. Isso ficou evidente na audiência pública realizada no município de Salvaterra, no dia 10 de maio de 2005. Nessa ocasião, a senhora Tereza dos Santos Nascimento, tomando a palavra, disse:

Eu sou filha natural de Bacabal. Que dificuldades encontramos? Em Bacabal temos 44 anos prisioneiros dentro de um curral. Nossa comunidade tem dificuldade. Isso ocorreu quando venderam o terreno de São Macário. Eu sou negra. Eu tenho orgulho de ser negra. Eu sou quilombola de sangue verdadeiro. E nós sofremos com essa decadência porque não temos terra, precisamos de terra para o plantio. As mães se deslocam para outros lugares para fazer roça. Precisamos uma libertação. E eu falo com razão. No fundo da minha casa ali sofri uma “bonita” queda com paneiro de farinha na cabeça, foi ali onde está a cerca. E eu passei algum tempo fora, e quando chego lá tem agora a porteira, e, agora, tem uma escada. Não é só isso. A fazendeira foi lá, levou polícia e foi quando a comunidade foi jurada de receber uma cerca elétrica. Quando esse pessoal chegou lá, já nós estávamos há muito tempo lá. São 44 anos de cerca (ACEVEDO MARIN, 2009, p. 215-216).

Fica claro que a autoidentificação como quilombola no contexto de Salvaterra criou uma unidade política entre as comunidades quilombolas que possuem territórios inseridos no município. Essa unidade não significou ausência de conflitos e de disputas internas nos grupos, no entanto evidencia que a construção da identidade política se expressa em vários âmbitos, como, por exemplo, na composição dos conselhos vinculados à administração pública municipal, na participação nos conselhos municipais de saúde e educação, com o objetivo de garantir e de representar os interesses das comunidades quilombolas envolvidas.

Os grupos, percebendo sua força política quando atuam juntos, criaram também o Conselho das Comunidades Quilombolas de Salvaterra. A ação desse Conselho tem materializado alianças políticas para

viabilizar suas demandas, por meio da realização de várias ações conjuntas. Nas últimas eleições para prefeito, por exemplo, as lideranças do Conselho apoiaram um candidato a prefeito que, caso vencesse as eleições, converteria tal compromisso no atendimento das demandas desses grupos.

Esse fato simboliza uma das maneiras pelas quais se expressam as alianças políticas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, pois a unidade política coordenada pelo Conselho resultou, entre outras questões, no reconhecimento por parte da prefeitura de Salvaterra da existência e da importância das comunidades quilombolas para o município. Esse reconhecimento foi expresso de forma marcante por meio da realização, pela primeira vez na história do município, do chamado “I Desfile Cívico Quilombola”, ocasião na qual a prefeitura destinou um dia inteiro da programação da festa em homenagem à independência do Brasil, no dia 7 de setembro, para que apenas as comunidades quilombolas desfilassem.

2. O desfile cívico quilombola: a estética identitária das comunidades quilombolas de Salvaterra levada à avenida

Jean Duvignaud (1983), analisando o contexto histórico da Revolução Francesa, aborda o processo de construção das chamadas festas nacionais e mostra como a festa perdeu seu sentido de questionamento e de ruptura com a realidade, convertendo-se em ideologia. Em seu livro “Festas e civilizações”, o autor afirma que a festa se torna deliberadamente ideológica, pois a teatralização que requer a dramatização dos símbolos e das alegorias que subentende, no transcurso da festividade, tende a justificar ou a explicar uma doutrina, assim como a conservar uma ordem (DUVIGNAUD, 1983). Explicita o autor:

Os Estados, quer representados por um príncipe, um ditador ou um todo-poderoso delegado, quer encarnando-se em uma força abstrata, resistem à materialização de dimensões coletivas e espontâneas de poderio e combatem a festa. Porque nenhum Estado pode, sem reação, admitir que os homens se agrupem segundo um “nós” que, através da sua própria concentração, afirme o desejo da

autogestão e assim não concorde em assistir ao seu poder sublimado em “Estado” (DUVIGNAUD, 1983, p. 65).

Para Duvignaud (1983), portanto, a festa representa um questionamento e uma ruptura com a realidade, e não a sua mera reprodução; por isso, em vários contextos diferentes, incluindo o abordado pelo autor – a Revolução Francesa –, o Estado tratou de transformá-la em ideologia. Uma das maneiras mais eficazes de fazer isso foi o próprio Estado realizar as chamadas festas nacionais. A festa do dia 7 de setembro que celebra a independência do Brasil é, sem dúvida, uma festa nacional, realizada pelo Estado brasileiro nas suas esferas federal, estaduais e municipais. Seu sentido é exaltar o próprio Estado e as suas unidades político-administrativas; portanto, o seu objetivo não é de forma alguma suscitar qualquer questionamento ou ruptura com a realidade. Portanto, a festa da Independência do Brasil pode ser interpretada como uma festa ideológica na perspectiva apontada por Duvignaud (1983).



O 1º Desfile Cívico Quilombola ocorrido no município de Salvaterra, entretanto, na sua realização e na sua estética, fez vários questionamentos e provocou várias rupturas no interior mesmo dessa festa ideológica. A agência das comunidades quilombolas nesse desfile trouxe elementos profundamente questionadores, que expressam uma dimensão ético-estética, compreendida na perspectiva de Maffesoli (2010) como um sentir em comum a partir de um estar junto em

relação, que, nesse caso, refere-se às alianças políticas existentes *intra* e entre as comunidades quilombolas de Salvaterra.

O Desfile Cívico Quilombola foi marcado por diversos momentos de questionamento. Teve início com a fala de uma mulher negra representante das comunidades quilombolas de Salvaterra, Luzia Betânia, que lembrou, emocionada, a luta de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, evidenciando a resistência e o espírito de luta desse quilombo contra os vários ataques feitos pelo Estado brasileiro. Da mesma forma, lembrou que as comunidades quilombolas de Salvaterra têm lutado há muito tempo para serem reconhecidas no seu próprio município. Sua fala seguiu denunciando o assassinato recente de um quilombola, o senhor Teodoro Lallor, uma liderança da comunidade quilombola de Gurupá, município de Cachoeira do Arari, Marajó. Luzia Betânia criticou a impunidade e a falta de ação do Estado.



O momento em nada lembrava o que comumente se vê nos desfiles organizados para celebrar a independência do Brasil, sempre marcados por falas de autoridades ligadas ao Estado e por ufanismos que exaltam o poder do Estado, com a exibição das Forças Armadas e de alunos uniformizados marchando ordeiramente na avenida. Os questionamentos não se restringiram apenas ao palanque, a estética do desfile em si rompeu com várias perspectivas tradicionais dessa festa nacional. Em vez da uniformidade, os quilombolas trouxeram a diversidade para a rua; em vez da marcha, a dança, a capoeira; em vez

dos uniformes escuros e monocromáticos, roupagens multicoloridas com referências às cores de nações africanas, crianças vestidas como pescadores, vaqueiros, agricultores, benzedeiras, além de uma diversidade de outros personagens humanos e míticos que povoam a memória e o imaginário das comunidades, os quais foram apresentados na avenida. Além disso, como não poderia deixar de ser e devido a sua importância para as comunidades, trouxeram também referências às festas de santo, representadas pelo “mastro do santo”, que foi carregado e erguido na avenida, assim como pelas próprias imagens dos santos que também participaram do desfile.



Em tudo, o Desfile Cívico Quilombola destoou dos monótonos desfiles que usualmente acontecem nessas ocasiões. Um dos questionamentos

principais do desfile foi: ao invés de exaltar a força do Estado e a uniformização, o Desfile Cívico Quilombola exaltou a autonomia e a diversidade existente nas e entre as comunidades. Nota-se que até mesmo as baterias tocadas pelos quilombolas foram substituídas, no curso da apresentação, por tambores e batidas diferentes dos toques comuns às marchas militares, como na ocasião em que as baterias tocaram para uma roda de capoeira que se formou em frente do palco principal.



Neste artigo, buscamos apresentar uma pequena mostra da diversidade que tomou conta de Salvaterra durante o Desfile Quilombola. Mas toda essa diversidade que as comunidades quilombolas trouxeram para a avenida apresentava-se reunida por unidades políticas e simbólicas que foram referências identitárias importantes durante todo o Desfile Cívico Quilombola. São justamente essas referências que demonstram e simbolizam esteticamente a maneira como se expressam atualmente as alianças políticas construídas *intra* e entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, especialmente a partir da autoidentificação quilombola. Esses símbolos são as bandeiras que cada comunidade criou para si – a bandeira de cada quilombo, que simboliza justamente a unidade política coletiva, que envolve e abrange uma série de outras identidades anteriormente existentes no interior das comunidades.

Dessa forma, a estética do 1.º Desfile Cívico Quilombola deixou evidente que a diversidade existente no interior das comunidades está, literalmente, reunida sob uma bandeira: a bandeira do quilombo como expressão de sua identidade perante as demais bandeiras, símbolos nacionais, estaduais e municipais. As bandeiras de cada comunidade quilombola de Salvaterra apareceram durante todo o Desfile tremulando ao lado das bandeiras do Brasil, do estado do Pará e do município de Salvaterra. Levadas por porta-bandeiras orgulhosas, as bandeiras dos quilombos tremulavam lado a lado com os símbolos das unidades políticas federal, estadual e municipal. As bandeiras dos quilombos foram exibidas na avenida com o mesmo respeito e orgulho com que foi exibida a bandeira nacional.



Pode-se dizer, à luz da perspectiva de Duvignaud (1983), que o 1º Desfile Cívico Quilombola configurou-se como uma festa (questionamento e ruptura) dentro da festa ideológica dedicada a celebrar a independência do Brasil, ou seja, trata-se de uma festa questionadora dentro do formalismo tradicional da outra, pois permite de certa forma o descontínuo dentro do contínuo, o não linear da experiência festiva quilombola dentro da linearidade da festa nacional.

No Desfile, houve o questionamento da lógica política do Estado, por meio da inclusão, pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, de uma nova dimensão de unidade política: o quilombo. Essa nova unidade política foi expressa e simbolizada por meio das bandeiras de cada comunidade, as quais foram exibidas em pé de igualdade com as bandeiras nacional, estadual e municipal, indicando, assim, a expressão da unidade política e territorial de cada comunidade.

O Desfile foi um momento de expressão ético-estética da diversidade das comunidades e, ao mesmo tempo, da reunião dessas comunidades em uma unidade política mais ampla, que envolve o conjunto das comunidades, simbolizado pela reunião das bandeiras de cada quilombo exibidas conjuntamente no dia da festa dedicada, exclusivamente, às comunidades quilombolas de Salvaterra.



Mas as alianças políticas expressas nesse desfile não surgiram apenas com base na autoidentificação quilombola. O que subjaz à expressão

das alianças recentes são alianças políticas que têm sido construídas há décadas, marcando diversas gerações. São o que podemos chamar alianças políticas “antigas” (LIMA FILHO, 2014, p. 70). Essas alianças têm sido construídas *intra* e entre essas comunidades desde muito antes do processo de autoidentificação quilombola, e ajudam a explicar a longevidade da construção dos vínculos, das relações de fidelidade que tornaram possível que tantas comunidades de Salvaterra se autodessem quilombolas e tivessem a confiança mútua necessária para continuar lutando de forma coletiva por terra e território. E, claro, para buscar a titulação de suas terras, não de parcelas individuais, mas de territórios coletivos.

Considerações finais

A estética cria sentimentos e dá vitalidade à existência coletiva (MAFFESOLI, 2010). Ao exibirem suas bandeiras, cores e formas durante o Desfile Cívico Quilombola, os grupos falam de si, fortalecendo e (re)criando suas identidades coletivas.

A participação no Desfile foi conquistada pela luta das comunidades em busca de reconhecimento socioterritorial. Esse espaço de conquista, de negociação e de acordos políticos não se configura como simples apresentação da identidade; acima de tudo, é um lugar de produção da identidade. Esse processo constrói-se na preparação, na organização do grupo, na reflexão sobre si mesmo e, sobretudo, aquilo que seus membros desejam: serem reconhecidos como quilombolas. Isso exige que tais grupos criem narrativas sobre sua forma de ser.

Esse processo envolve a construção de sentimento e de autoconvencimento, para que possam expor tais aspectos ao público. Então, para além da simples apresentação da forma de ser quilombola, o desfile representa, na verdade, o momento em que tais grupos se (re)criam como quilombolas, por meio de narrativas e estéticas envolvendo formas e cores.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1 (Construções identitárias e sociabilidades). p. 209-227.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. **Entre quilombos**: circuitos de festas de santo e a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

OLIVEIRA, Alcione Maria. **O emergir da identidade quilombola no município de Salvaterra. 2007**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Marajó, 2007.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 104-115.

Recebido em 25/05/2016
Aprovado em 30/06/2016